



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVO

Nº 013/014

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

013ª SESSÃO ORDINÁRIA	02
Lista de presenças.....	02
Expediente.....	03
Ofícios.....	03
Emenda ao Projeto de Resolução	
nº 001/2005	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	06
Horário do Pequeno Expediente	07
Dep. Barbosa Neto	07
Dep. Reni Pereira	08
Dep. Neivo Beraldin	09
Dep. Rafael Greca.....	11
Dep. Elio Rusch	12
Horário do Grande Expediente.....	14
Dep. Arlete Caramês.....	14
Sra. Janice Gastaldon.....	14
Sr. Roberto Aoki	17
Horário das Lideranças	18
Liderança do PT: Dep. Luciana	
Rafagnin.....	18
Liderança do PMDB: Dep. Elza	
Correia	19
Ordem do Dia	20
Leitura do Expediente	20
Discussão/Votação	20
3ª Discussão	20
2ª Discussão	20
1ª Discussão	22
Discussão Única.....	24
Requerimentos	24
Ordem do dia da próxima Sessão	24
Transcrição.....	25
Publicações.....	25
Atas de Comissões	25
Comissão de Finanças	25

014ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	26
Lista de presenças	26
Expediente	27
Mensagem	27
Ofício.....	28
Ordem do Dia	28
Leitura do Expediente	28
Discussão/Votação	28
Redação Final	28
1ª Discussão	29
Ordem do Dia da próxima Sessão	30
Publicações	30
Atas de Comissão	30
Comissão de Finanças	30

013ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2005

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Ailton Araújo e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo

Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: André Vargas, Hermes Fonseca, Nelson Garcia, Ratinho Júnior e Waldir Leite (05). Achando-se em viagem oficial ao Sr. Deputado Luiz Nishimori (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, recebendo na Casa membros da Rede Feminina de Combate do Câncer, que prestam um brilhante trabalho não só aos paranaenses, mas a todos aqueles que procuram a nossa entidade.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC/033/05, do Sr. Governador do Estado, comunicando que VETOU INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, por julgar inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 020/05, do Sr. Sérgio Abrahão - Diretor do DPA, comunicando liberação de recursos do convênio entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Universidade Estadual de Londrina, no valor de R\$19.844,49, para o Museu Histórico de Londrina. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 123/05, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Durval Amaral, que pede esclarecimentos sobre valor médio por quilômetro do pedágio cobrado na ponte de Guaíra. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 108/05, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre arrendamento do armazém

AZ-06 no Porto. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 113/05, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre arrecadação de pedágio na concessionária Ecovia Caminhos do Mar. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Emenda

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2005

Adiciona ao artigo 20, que trata das espécies de remuneração, o inciso VI, estabelecendo a remuneração tida como gratificação por encargos especiais.

VI. Gratificação por encargos especiais, de 100%, para os ocupantes do cargo de perito, que se encontrem dentro da acumulação legal prevista no artigo 4º e enquadrados no artigo 27, ambos da presente lei.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Impõe-se ressaltar que os médicos legistas, em sua grande maioria, possuem consultórios médicos ou trabalham em outros hospitais, estando porém dentro das escalas de plantão dentro desses hospitais ou do próprio Instituto Médico Legal, pelo que seu trabalho, muitas vezes, ultrapassa a carga horária normal de quarenta horas ou vinte horas semanais prevista no corpo do presente projeto de resolução.

De outra forma, a acumulação é questão constitucional e, portanto, necessário se faz regulamentar sua remuneração de forma extraordinária, o que se faz com a presente emenda.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 17 de março (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária da quarta-feira.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os

projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 40/2005 e 74/2005, que dispõem sobre a cassação da eficácia da inscrição no Cadastro de Contribuinte do ICMS, na hipótese que especifica. Transporte nos derivados de petróleo.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 415

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada Sessão Solene no dia 12/04/2005 às 17 horas para entrega do título de Cidadão Honorário ao Sr. Nivaldo Passos Kruger, conforme Lei 14168, de 05 de novembro de 2003.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações à Delegada do SICRIDE, Dra. Márcia Tavares, pelo trabalho investigativo da sua equipe realizado com sucesso, quando do resgate da bebê Gabriele, seqüestrada no Hospital Evangélico de Curitiba, no último sábado, dia 12.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, o Brasil e o mundo viveram momentos de perplexidade durante pelo menos 48 horas que antecederam o resgate da recém-nascida Gabriele, seqüestrada no sábado, de dentro do Hospital Evangélico de Curitiba por uma mulher que se dizia enfermeira. Graças ao trabalho do SICRIDE, ao empenho da Delegada, Dra. Márcia que comandou as operações de investigação e de prisão da seqüestradora, todos nos sentimos mais aliviados com o desfecho feliz deste caso.

Os pais do bebê, Sr. João Batista dos Santos e Dona Joseane, a imprensa, este Parlamento e o povo do Paraná se orgulham deste trabalho árduo e profícuo da equipe do SICRIDE, sob o comando de Dra. Márcia Tavares.

REQUERIMENTO Nº 412

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações ao Pastor José Alves da Silva em comemoração aos seus quinze anos de pastorado na Igreja Assembléia de Deus em Paranaguá e seus vinte anos de pastorado.

Requer ainda, que se dê ciência através de correspondência a ser enviada à Rua Guaporé, 356 - Bairro Jardim Guaraituba-Paranaguá/PR.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de Aplausos e Congratulações nos anais desta Casa à VIDOFER pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 421

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de Aplausos e Congratulações nos anais desta Casa a Ótica Sanjo pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 422

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de Aplausos e Congratulações nos anais desta Casa a Metalúrgica Croácia Ltda, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de Aplausos e Congratulações nos anais desta Casa a D Amorim Construtora de Obras Ltda. pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de Aplausos e Congratulações nos anais desta Casa a Primeiros Passos Indústria e Comércio de Meias Ltda. pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de Aplausos e Congratulações nos anais desta Casa Escritório de Contabilidade Edemar Waldemar Engel, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de Aplausos e Congratulações nos anais desta Casa a La Casa Di Frango, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de Aplausos e Congratulações nos anais desta Casa à Sociedade Amigos do Capão da Imbuia, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de Aplausos e Congratulações nos anais desta Casa à Sociedade Operária Beneficente Internacional São Braz, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, inserção de Aplausos e Congratulações nos anais desta Casa ao Centro de Tradições Gaúchas Sentinela do Pago, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 433

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM moção de apoio para o Movimento em Defesa da Constituição pela volta do número legal de Vereadores - MODEVE.

Solicitamos que deste seja dado ciência ao Supremo Tribunal Federal, através de seu Presidente, Ministro Nelson Jobim e ao Relator do processo, Ministro Celso de Melo (Praça dos Três Poderes, Anexo II, Brasília/DF - CEP: 70175-900).

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) ADEMIR BIER

Apoiamento:

Duílio Genari, Delegado Bradock, José Domingos Scarpellini, Luiz Carlos Martins, Antonio Anibelli, Luiz Fernandes da Silva Litro, Rafael Greca, Arlete Caramês, José Maria Ferreira, Hermas Brandão, Nereu Moura, Barbosa Neto, Alexandre Curi, Cesar Seleme, Jocelito Canto, Ailton Araújo, Elio Rush, Ademar Traiano e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

O MODEVE - Movimento em Defesa da Constituição e pela volta do número legal de Vereadores vem trabalhando para que o Poder Legislativo não tenha seus poderes usurpados pelo Poder Judiciário.

Os artigos 16, 29 e 30 da Carta Magna Federal dispõem sobre as eleições municipais e não pode o Supremo Tribunal Federal sobrepor-se à lei.

Desta forma, em defesa da Constituição Federal e da independência dos Poderes constituídos, enviamos moção de apoio a este importante movimento, solicitando agilização máxima do processo que tramita no STF - Supremo Tribunal Federal, dada à sua importância e relevância.

REQUERIMENTO Nº 416

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE o envio ao Sr. Governador do Estado, com cópias aos Secretário de Segurança Pública e ao Comandante da Polícia Militar do Estado, de pedido urgente de maior humanidade e agilidade no telefone 190 - de atendimento, ao vivo, de emergências policiais com a desburocratização eletrônica daquele serviço.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Baseado no fato de a Polícia Militar veicular no nº 190 gravação com fundo musical "tranquiliza-

dor” em carrossel de opções com voz “calmante” circula com inteligência e propriedade na internet a charge de cópia em anexo, onde um contribuinte aflito, após ligar ao 190, ouve a voz serena da gravação dizer:

“Se você viu um roubo... aperte 1
Se você foi roubado... aperte 2
Se você ouviu um tiroteio... aperte 3
Se você foi visto em um tiroteio... aperte 4
Se você foi baleado uma vez... aperte 5
Se você foi baleado duas vezes... aperte 6
Se você foi...”

A depender da emergência, até acabar a ladainha pode acontecer uma tragédia. A população está perdendo a paciência com a fragilidade da segurança pública e começa a se mobilizar em justas cobranças que pedem o aprimoramento dos serviços. O Paraná, com o Projeto POVO, nos bairros com a recente ocupação da Vila Pinto, em operação contra o tráfico de drogas, tem avançado. Poderia avançar, humanizando a central de 190. A voz humana experiente é capaz de triar as ocorrências com serenidade, é melhor que a gravação.

REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente Nacional da INFRAERO, Carlos Wilson Campos, solicitando celeridade na instalação do aparelho “ILS II”, no Aeroporto Santos Dumont de Londrina, Paraná.

Vale ressaltar que esta é uma antiga aspiração do Município, processo este que está em andamento junto a este órgão, visando facilidade de pousos e decolagens de aeronaves em condições atmosféricas adversas.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Reni Pereira, Elton Carlos Welter, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Hermas Brandão, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, José Domingos Scarpellini, Cesar Seleme e Alexandre Curi.

REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, encaminhando correspondência que sugere a recontração de pessoal aposentado da área de Segurança Pública, conforme segue correspondência

encaminhada ao nosso gabinete pelo Delegado aposentado Lélcio Finato.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 431

Senhor Presidente:

O Deputado Elton Carlos Welter, no uso de suas atribuições legais e regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes para a inclusão da recuperação da PR-488, no trecho que liga a BR-277 ao Município de Vera Cruz do Oeste, no cronograma de obras daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 410

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, indagando do mesmo quantos professores possuidores de dois padrões ou um de quarenta, obtiveram aulas extraordinárias no presente ano letivo; quantos professores celetistas obtiveram aulas naquelas localidades sem professores padrão; quantos professores celetistas foram remanejados para outros municípios; se a A.P.P. foi consultada e concordou ou não com a atribuição de até sessenta horas/aula para um único professor e, finalmente, se os concursos públicos programados suprirão as carências, tanto dos professores como do pessoal administrativo.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações sobre documento em anexo, o qual contém um estudo de remanejamento nas unidades prisionais de Londrina, visando o aumento da capacidade de detentos.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão Ordinária, da matéria do jornal da Gazeta do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) MARCOS ISFER

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 010/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluído parágrafo único ao artigo 3º, da Lei Promulgada nº 14.585, de 22 de dezembro de 2004, que integra o texto da Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2005, que estabelece critérios para quitação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação nos casos que especifica, com a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo Único. O contribuinte que tiver débito de ICMS decorrente de operação de importação, inscrito em dívida ativa, enquadrado ou não no disposto dos artigos anteriores, poderá efetuar, de forma integral, o pagamento ou a compensação desses débitos por meio de precatórios do Estado do Paraná, sem a incidência ou retroação de multa e de juros, desde a ocorrência do fato gerador.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de proporcionar aos contribuintes que tiverem débito de ICMS decorrente de operação de importação, inscrito de dívida ativa, a possibilidade de efetuar pagamento ou a compensação desses débitos por meio de precatórios do Estado do Paraná, sem a incidência ou retroação de multa e de juros.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto em tela que irá possibilitar com a regularização desses débitos, uma maior arrecadação de receita pelo Governo do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 115/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado doar à Prefeitura Municipal de Chopinzinho o lote de terreno registrado sob nºs R.1-6319, na matrícula nº 6319 e R.2-4932, e na matrícula nº 4932 de 11/04/80, no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Chopinzinho-PR. Denominados Parque dos Lotes nºs 6364-A, da Gleba 02, da Colônia Passo do Sol, situada na cidade de Chopinzinho, contendo área total de 5.000m² (cinco mil metros quadrados), com as seguintes confron-

tações: Ao Norte - limita-se por linha seca, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, com a medida de 70,71m; Ao Sul - limita-se por linha seca confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Chopinzinho com a medida de 70,71m; Ao Oeste - limita-se por linha seca, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Chopinzinho com a medida de 70,71m.

Art. 2º A área que se refere o artigo 1º, será utilizada pela Prefeitura Municipal de Chopinzinho, para a ampliação da área do Parque de Exposição Municipal.

Parágrafo Único. A referida Prefeitura Municipal não poderá dar outra destinação ao lote de terreno sob pena de esta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando ainda, agravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCHI

JUSTIFICATIVA:

Este terreno era inicialmente patrimônio da Prefeitura Municipal de Chopinzinho. O mesmo foi dado ao DER, para a construção do núcleo do DER.

Com o crescimento da cidade, o terreno ficou dentro da área urbana, comprometendo a expansão do Parque de Exposições Municipal.

Após a doação do referido imóvel, a Prefeitura Municipal dará início às obras de implantação do Parque de Exposições.

PROJETO DE LEI Nº 116/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Recanto Parque Iguaçu, com sede e foro na cidade de Medianeira-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

O Centro Recanto Parque Iguaçu, entidade situada à Rua Argentina, 2191, com sede e foro no Município de Medianeira-PR, fundada em 04 de outubro de 2001, Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem por objetivo principal a recuperação de dependentes químicos e simples, através de grupos de apoio e de internamentos em locais especializados, prevenir e conscientizar a sociedade, sobre os danos causados por tóxicos e álcool.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade,

ampla promoção humana e da solidariedade. É reconhecida como entidade de Utilidade Pública sob a Lei Municipal nº 022/2001 de Medianeira-PR.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto, no horário do Pequeno Expediente.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais uma vez, hoje pela manhã, uma nova situação de desfavorecimento à segunda cidade mais importante do Estado, a terceira mais importante do Sul do Brasil: cerca de quatrocentas pessoas, passageiros dos vôos que deixaram de fazer o procedimento de pouso e decolagem na Cidade de Londrina tiveram impedidas as suas reuniões, as suas audiências, deixando de honrar, portanto, os seus compromissos. Inclusive, o próprio avião dos Correios que faz todas as madrugadas o procedimento de pouso e, posteriormente, decolagem, apanhando mercadorias e documentos e deixando outros na cidade, também não pôde fazer, como de costume, o seu trabalho no Aeroporto Santos Dumont, na Cidade de Londrina. Uma situação de constrangimento mais uma vez, porque o que se pede há mais de dez anos é a instalação de um aparelho denominado ILS2 para evitar que as condições atmosféricas interrompam o crescimento do segundo pólo econômico do Estado do Paraná, que é Londrina.

Mas esse é um problema Federal que a INFRAERO vem tratando de forma lenta, temos que frisar aqui. O que queremos demonstrar com o pronunciamento na tarde de hoje, Sr. Presidente, é que Londrina vem sendo desprestigiada, o Aeroporto de Navegantes já possui esse mesmo equipamento que poderia, repito, beneficiar a economia da nossa cidade e melhorar, inclusive, a vida de milhares e milhares de pessoas que dependem do Aeroporto de Londrina.

Mas, novamente, subimos à tribuna para mostrar a insensibilidade do Governador do Estado para com mais essa reivindicação justa e oportuna da Cidade de Londrina. Deputado Valdir Rossoni, recentemente o Governador foi questionado por autoridades que o abordaram no Aeroporto em função dos atrasos dos vôos, dos impedimentos das decolagens, dos pousos no Aeroporto de Londrina, e foi pedida, naquele momento, a intervenção do Governo

do Estado. E ele, com o humor cáustico que lhe é característico, disse: “podem ficar descansados porque eu já providenciei junto a São Pedro a instalação de um megaventilador para afugentar, para soprar as nuvens que impedem o bom funcionamento do Aeroporto de Londrina”. Dessa vez não torceu o dedo de nenhum repórter, mas, mais uma vez, Deputado Elio Lino Rusch, com sua desfaçatez, com seu destemper e falta de equilíbrio, desmerece uma reivindicação justa. E não é somente para aqueles que se utilizam do aeroporto, não estou defendendo nada aqui em causa própria porque eu não peguei estes vôos pela manhã em que há um problema sério, porém os documentos, as encomendas que deixam de ser entregues e levados da cidade de Londrina prejudica a nossa economia, prejudica nossa cidade e toda nossa região.

Quando se vê a concentração de investimentos, mais uma vez, na região metropolitana de Curitiba, em detrimento do interior e do norte não podemos ficar calados! E percebam aí o tamanho da revolta que foi levantada na imprensa de Londrina, através do ex-Deputado Fiori Luiz que chegou novamente num momento de desabafo e de revolta, a aventar a possibilidade de ser criado um Estado independente do Estado do Paraná, independente do Governo central de Curitiba e do sul do nosso Estado que é o Estado do Paranapanema. Vejam aí o precedente perigoso, a gravidade de uma atitude como essa que leva, não à desobediência civil mas à criação de um Estado independente! Talvez seja uma radicalização, isso é temerário mas faz brotar o sentimento de independência de uma região que só serve para arrecadar recursos para o Governo central mas que na hora de receber os investimentos é tratada com desdém!

O que se fala em Londrina é que os impostos vêm a Curitiba de avião, mas os investimentos voltam de carroça. E nós estamos padecendo, estamos sofrendo diante de tudo isso!

Na tarde de hoje estarei protocolando, nesta Casa, um requerimento para que a INFRAERO agilize, faça de forma mais célere a instalação deste equipamento no aeroporto de Londrina e peço a compreensão dos demais Pares que entendam aqui a preocupação deste Deputado em relação a esse fato.

Gostaria apenas de deixar claro aqui que não é nenhuma posição sistemática de combate ao Governo que aí está, mas é pedindo, pelo menos, o respeito, a consideração! E ainda vejo que existem Deputados que são de Londrina que ousam vir criticar-me no momento que faço uso da palavra de forma regimental e democrática, representando a cidade, a região pela qual fui eleito, desmerecendo meu comportamento, me chamando de show-man. Que mal eu tenho em ser um apresentador de televisão, um jornalista que trabalho, graças a Deus, desde os meus 13 anos? E estes Deputados se dizem representantes do norte, eles esqueceram que são representantes da população e não de um Governo que merece ser alertado e corrigido no momento em que erra ou que esquece o seu compromisso com a maioria da nossa população.

Era o meu pronunciamento.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos visitantes no dia de hoje.

Gostaria de alertar a todos os companheiros desta Casa para uma situação gravíssima que está ocorrendo na Secretaria de Estado da Educação. Uma situação que - quero crer - nem o próprio Secretário da Educação deve ter conhecimento, a APP, que representa os professores, não deve ter conhecimento e muito menos ter consentido com essa situação que ocorre hoje, no Estado do Paraná.

Estaremos protocolando, na Mesa desta Casa, pedido de esclarecimentos no sentido que sob a orientação da chefe de Recursos Humanos Setoriais, Sheila Regina Basso Assef, foi passado uma comunicação eletrônica aos chefes de núcleos de todo Estado do Paraná por ocasião da distribuição das aulas dizendo, no item 2: “a distribuição de aulas extraordinárias aos professores detentores de dois padrões”, vinte horas, “ou um padrão de quarenta horas”, para professores estes concursados, em 2003 e 2004. Dar-lhes vinte horas/aula a mais, extraordinariamente. Entendo, como a maioria dos Deputados, que o Governo tem que resolver de uma vez por todas essa questão da CLT, abrindo novos concursos, tendo em vista o vínculo que isso vai gerar para o Estado, mas nós não podemos, por um problema, causar um problema ainda maior, que é a qualidade do ensino que eu tenho certeza, sem medo de errar, Deputado Tadeu Veneri - o senhor que é da Comissão de Educação, assim como eu - que um professor, dando doze horas/aula por dia, com certeza a qualidade do ensino será comprometida.

É humanamente impossível você pedir o mesmo resultado a um professor, dando ele oito horas/aula ou quatro horas/aula, o mesmo resultado no que diz respeito ao aprendizado do aluno, por ele administrado e ministrado em sala de aula, sendo doze horas.

Peço o apoio e peço também, Deputado Tadeu Veneri, que nos reunamos no máximo na semana que vem, com a Comissão de Educação, chamamos o sindicato para ver se houve anuência, porque é de meu conhecimento que em todas as regiões do Estado muitos e muitos professores pegaram, dada a dificuldade financeira por que passa o Magistério, sessenta aulas! É lógico, estava disponível! Então, queremos saber se houve anuência do Sindicato, concordância do Secretário Estadual da Educação nessa situação esdrúxula em que nós estamos colocando a educação no Estado do Paraná. É temeroso o resultado que a médio e longo prazo isso pode acarretar ao sistema de ensino do Estado do Paraná.

Estaremos encaminhando, e peço apoio dos Deputados para aprovarmos esse requerimento, peço ao Vice-Líder do Governo - o Líder não está presente - que encaminhe o mais rapidamente possível essa resposta de volta da Secretaria da Educação para que possamos aqui nesta Casa cumprir o nosso papel, de sermos os fiscais de algumas atividades do Governo, que entendemos não serem aquilo que a população espera. Entendo que ela reconhece, em vários setores, os avanços que este Governo tem tido, e quando tiver conhecimento dessa situação na área da educação, com certeza vai desaprovar e nós temos que estar aqui para vigiar e não permitir que o Governo prospere nessa atitude que, com certeza, vai trazer muitos danos no presente e no futuro dos nossos alunos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde para, mais uma vez, trazer à baila um assunto que é por demais importante para esta Casa, para a consciência política do nosso Estado e sobretudo, pelo dever que há de ser cumprido por todo homem público, dentro do que dispõe a Constituição, o Regimento Interno da nossa Casa.

As contas públicas têm sido analisadas por esta Casa, as contas do Governo sempre no afogadilho, sem um tempo necessário para que os Deputados possam ter uma informação mais precisa sobre a aplicação do dinheiro do Estado. Se lembrarmos que o BANESTADO sequer tornou público o balanço de 97, 98, e depois, de repente aprovamos aqui várias gestões do Governo Jaime Lerner e também do Governador Requião. Uma coisa muito rápida.

Mas, quero chamar a atenção dos Srs. Deputados hoje para a questão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Falei hoje pela manhã, como havia falado na semana passada com um Vereador de Londrina, com o Presidente da Câmara Municipal de Londrina e ele me dizia que desde 1993 o Tribunal de Contas não remete à Câmara Municipal de Londrina a análise da aplicação dos recursos daquele Município. Vejam os senhores o que é que estamos a constatar: 1993, passaram-se três gestões e a maior função do Legislativo é aprovar ou rejeitar as contas do Poder Executivo.

Agora, se o Tribunal de Contas não devolve à Câmara com o seu parecer técnico, não é possível que ela faça uma avaliação de como foi aplicado o dinheiro na compra daquele terreno no Município de Londrina e se foi aplicado dentro daquela boa técnica administrativa, quando se trata do dinheiro público.

Então, imaginem os senhores, o Prefeito já foi reeleito, o Prefeito já deixou o mandato e a Câmara nunca se manifestou, quando no máximo poderíamos permitir que a Câmara se manifestasse sobre um ano anterior, mas não onze anos depois a Câmara se manifestar de como foi aplicado o dinheiro de Londrina.

Então o Presidente da Câmara me dizia o seguinte: “nunca o Tribunal de Contas nos remeteu o inteiro teor das contas, as despesas realizadas pelo Executivo de Londrina”. Onze anos! É claro que nesses onze anos pode ter havido recursos dos Prefeitos no Tribunal de Contas. É claro, mas isso nada impede que o Tribunal de Contas dê ao trabalho! Não pode acontecer que uma Prefeitura como Londrina não tenha as suas contas analisadas no período seguinte da administração!

Será que isso vem acontecendo com Curitiba, Maringá? Todo esse escândalo que envolveu Londrina e Maringá será que já andaram esses processos? Será que já tiveram continuidade? Já está no Ministério Público? Já tem alguma ação? Alguém já foi condenado?

Por isso ocupo esta tribuna hoje, Deputado Rafael Greca. Também vi V. Exa. um dia reclamar aqui que o Tribunal de Contas estava segurando as suas contas.

Uso a Liderança do PDT e concedo aparte ao nobre Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

O Tribunal de Contas aprovou as minhas contas do ano de 1996 quando Prefeito de Curitiba, mas só o fez em 2003. Deu parecer favorável. A Câmara é que ainda vai aprovar.

Agora veja o Sr. Deputado Neivo Beraldin, que na Câmara deveria haver uma norma legal, que as contas dos Prefeitos fossem julgados no ano imediatamente seguinte, fossem apreciadas no ano imediatamente seguinte e julgada pela Câmara de Vereadores no ano imediatamente seguinte, porque não há verdade que só venha a ser verdade dez anos, vinte anos depois! Essa verdade em compota, guardada em conversa para quando seja, conveniente prender politicamente os adversários políticos, não existe! A verdade é verdade sempre, a verdade nos liberta!

Eu quando Deputado Federal quis fazer um projeto de lei neste sentido, mas não andou lá em Brasília: era muito importante haver nos Parlamentos essa consciência de obrigar as Cortes, os chamados órgãos auxiliares das Assembléias Legislativas e dos Parlamentos, os chamados Tribunal de Contas, obrigá-los a apreciar as contas no ano imediatamente anterior ao exercício fiscal dessas mesmas contas, porque assim realmente estariam zelando pelo dinheiro público, e não exercendo poder de pressão sobre os Prefeitos ou sobre a classe política.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Eu agradeço o aparte e concordo plenamente com as palavras do ilustre Deputado.

Na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle de municípios do Estado do Paraná, na próxima reunião eu quero colocar esse assunto para os novos membros da Comissão de Fiscalização, se devemos ou se podemos requisitar os documentos da questão da administração de Londrina, porque envolve além também dinheiro do Estado, que acabou comprando ações da SERCOMTEL.

A BANESTADO Corretora comprou R\$ 12 milhões de dólares em ações, da empresa de capital fechado. Então, não podia a SERCOMTEL de Londrina vender para o órgão estadual as ações, para a Corretora BANESTADO. Onde estão essas ações que a Corretora BANESTADO comprou, desses R\$ 12 milhões de dólares, em 1998, da SERCOMTEL?

Então a grande questão é discutir entre os membros da Comissão de Fiscalização e Controle, se nós, no novo Regimento, temos esse poder. Na Constituição do Estado já temos. Agora, no novo Regimento, que trata também de assuntos municipais, e requerer dos senhores membros do Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar deste Poder, técnico, para que eles possam nos informar onde estão as ações que a BANESTADO Corretora comprou da SERCOMTEL.

Só para nos informar: onde estão essas ações?

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

V. Exa., na qualidade de Relator da CPI do BANESTADO, poderia requisitar, se já não o fez, essas informações, pela própria CPI do BANESTADO.

Porque eu acho um absurdo se ninguém sabe onde está ou estão essas ações e a quem pertencem hoje!

Daqui a pouco ela vai entrar no passivo, lá do Rio Madeira, no Rio Paraná, porque tudo foi acareado dentro de um grande acerto que foi feito, e os títulos, uma grande parte foi para essa empresa que é de São Paulo, que é ligada a uma outra em Nova Iorque e ninguém sabe na verdade o que isso representa.

Outro dia o senhor mostrou-me vários documentos tratando dessa matéria, e seria oportuno requisitar essa documentação com relação à SERCOMTEL, que é o Serviço de Telefonia de Londrina. E inclusive o Estado, que provavelmente seja o detentor dessas ações, colocar essas ações à venda, para poder aplicar o dinheiro disso em coisas mais interessante, na educação, na infância, na juventude, do que ficar com esses papéis que daqui a pouco serão papéis podres, Deputado Neivo Beraldin.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Eu estou passando um trabalho pequeno para o Tribunal de Contas, só sobre as ações da SERCOMTEL. Não estou questionando, quando presidi a CPI do BANESTADO - sobre um bilhão e meio de ações, de dinheiro que o Estado pagou, sobre títulos que estão na Carteira de Fomento, hoje, sobre os quinhentos e poucos

milhões que acabaram na mão da Goldman Sax, e hoje está na Rio-Paraná. Não estou nem questionando por que é que o balanço do BANESTADO não teria sido tornado público, sendo que temos o Tribunal de Contas, o Ministério Público, Banco Central como agente regulador do sistema financeiro e acabou sabe na conta de quem, Deputado Scarpellini? Do povo do Paraná, que paga hoje 50 milhões por mês, sendo a última prestação vencendo em março de 2029! Isto daria para comprar três mil e quinhentos carros populares por mês, para atender à saúde, educação, segurança pública!

O BANESTADO foi vendido como se fosse uma fazenda: porteira fechada. Não houve avaliação com critério técnico. O banco que foi contratado para avaliar o BANESTADO, o banco fator e o Banco CCF, sequer tinham certidão, a CNPJ. A comissão constituída para avaliar o trabalho dos dois bancos que avaliaram o BANESTADO, foi uma piada!

O Governo preferiu tratar aquela questão do rombo de 98, de 2,8 bilhões de reais, tratar a questão politicamente, ir ao Governo Federal e pedir 5,6 bilhões de dinheiro emprestado. E socializou este empréstimo, para que a população mais pobre do Paraná pagasse, porque é o pobre que precisa do Governo na área da saúde, da educação. O rico não precisa; vive bem em qualquer lugar.

Então, é o que temos a dizer em relação aos títulos podres de Alagoas, que acabamos de constatar que foi feita uma negociação, e hoje o Paraná tem direito a receber de Alagoas 170 milhões de reais. Pode emitir o boleto bancário, que ele tem que pagar, porque o governo anterior fez um acordo entre Estados. Veio a esta Casa uma notificação do Tesouro Nacional, dizendo que esse acordo é inválido, porque dava doze anos de carência para o Estado de Alagoas pagar os títulos podres e ainda usando uma tabela a menor, que é aquela TR, que em doze anos nós teríamos um prejuízo em torno de 300 milhões de reais.

Não sei por que o Governo do Paraná ainda não emitiu esse boleto bancário para que o Estado de Alagoas pague imediatamente uma dívida que tem para com o Estado do Paraná. E o Estado do Paraná que contratou uma empresa chamada MFM, como intermediária, para construir este contrato lesivo ao interesse do Paraná. Nós também já ouvimos os diretores da empresa e já temos uma análise concluída pela Comissão de Fiscalização e Controle.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Para ser breve e até para reconhecer o trabalho que V. Exa. fez e vem fazendo à frente da Comissão de Fiscalização, e sobretudo como Presidente da CPI do BANESTADO.

V. Exa. concluiu com êxito a CPI do BANESTADO, aquilo que a Câmara Federal e o Congresso Nacional não foram capazes de executar. Então, a Assembléia do Estado do Paraná, nesta questão, representada pela sua

pessoa, na liderança das duas ações, tem tido resultados positivos.

Se existe essa mazela, e efetivamente existe, porque você trouxe aqui dados há duas semanas atrás, aonde fica o Banco Central, que no exercício de 1997 impediu que o BANESTADO fizesse a publicação do seu balanço e que só veio a ser publicado e dado conhecimento à sociedade no ano de 99, porque o Banco estava quebrando?

Ora! Um Banco do porte do BANESTADO, com quinhentas agências, milhares e milhares de correntistas, setenta anos de história dentro do mundo econômico, não quebra da noite para o dia, não quebra num exercício!

Então, o que faltou também, e é aí que consulto V. Exa., buscou-se responsabilizar o Banco Central pela ausência na fiscalização, pela ausência na auditoria das contas, porque o País perdeu um patrimônio importante para alavancagem da sua economia, que são as instituições estaduais. Hoje não as temos mais.

Hoje estamos vendo Prefeituras, Estados, empresas públicas sendo cobiçadas em suas contas e pagando inclusive para que possam movimentar as contas de seus funcionários nesses bancos particulares. E na época tínhamos um banco que fazia isso, praticamente de graça; era o capital de giro da sociedade colocado a bem da sociedade.

Volto a perguntar: V. Exa. como Presidente da CPI do BANESTADO questionou a instituição Banco Central a respeito da sua ausência na fiscalização do BANESTADO?

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sim. Nós da CPI do BANESTADO e seus membros valorosos notificamos o Governo do Estado do Paraná para que acionasse a União e, por conseguinte, responsabilizasse o Banco Central pela ausência de sua atribuição de agente regulador do sistema financeiro nacional.

Então, o Paraná tem 2,6 bilhões de reais, no mínimo, para receber do Banco Central por ausência de responsabilidade da sua função. Essa é uma atribuição da Procuradoria do Estado para acionar o Banco Central e a União.

Encaminhamos também à Procuradoria do Estado uma análise de que o BANESTADO teria pago 400 milhões de reais a mais para a Caixa Econômica Federal, como juros extorsivos.

Como pode um banco público federal emprestar dinheiro para um banco público estadual com juros extorsivos?

Para encerrar, o Paraná tem direito, sim, de cobrar do Banco Central pela sua omissão! Tem direito, sim, de cobrar da Caixa Econômica Federal, por cobrar juros a mais para resolver seu problema contábil e passou a conta para o povo do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Por que comprar pelo dobro lá fora ou de lá de fora o que em Curitiba pode custar a metade do preço?

A SANEPAR está pagando o dobro por manilhas plásticas feitas fora do Estado ou importadas, e tem desprezado as manilhas cerâmicas feitas em Curitiba pela tradicional Cerâmica Cole, indústria estabelecida no Bacacheri há 134 anos.

Nas licitações do Programa ParanaSan e nas suas próprias a nossa empresa de saneamento tem preferido os tubos plásticos sob alegação de que essas manilhas cerâmicas são permeáveis. Deixam entrar água. Não tem juntas impermeáveis. Tem rugosidade. Assim aumenta o volume do esgoto e não serviria à modernidade do escoamento sanitário.

Na verdade são falsos argumentos da propaganda estrangeira e da fábrica catarinense Tubos e Conexões Tigre, em detrimento à fábrica curitibana de 134 anos, Cerâmica Cole. Impensável que haja uma conexão catarinense na SANEPAR.

Estou enviando uma carta ao Governador Requião com a norma ABNT NBR 14208 para provar-lhe que as manilhas cerâmicas feitas aqui são impermeáveis e estanques. Suas juntas elásticas modernas, são iguais às usadas para os tubos plásticos; sua rugosidade é igual e dos tubos plásticos de PVC, com índice de MANIN de 0,09, de acordo com a NBR 9649 da mesma Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Somo à minha obrigação de Deputado, o meu conhecimento de engenheiro e de ex-Prefeito com a minha obrigação de garantir uma cadeia de 1500 empregos, porque o barro dessas manilhas é retirado de Itaperuçu, de Colombo, de Bocaiúva, de Curitiba, de Quatro Barras e de Campina Grande. Somo isso ao desejo de que o Governador Requião com os mesmos dólares de ParanaSan, faça o dobro de esgotos que pode fazer com manilhas de plástico, afinal manilhas cerâmicas feitas aqui, de igual eficácia, custam a metade das manilhas feitas em plástico em Santa Catarina ou importadas.

Não peço que comprem a manilhas da Cole, peço só que deixem que na licitação entre às empresas a possibilidade de a manilha cerâmica concorrer com a plástica. As nossas manilhas ganham porque custam a metade do preço. O seu custo de assentamento também é mais baixo, porque as manilhas cerâmicas não precisam, como os tubos plásticos, de colocação de berço de pedra e areia no fundo das valas. Além disso, o assentamento das manilhas cerâmicas exige mais mão-de-obra. Neste Brasil dos desempregados, as manilhas cerâmicas empregam

mais gente, mais operários humildes. Menos gente, portanto, na fila do desemprego; mais sucesso para o Presidente Lula na sua promessa de dar ao Brasil o “Fome Zero”.

Em tempo, por telefone, o Governador Requião ficou entusiasmado com a idéia de prestigiar uma empresa paranaense, de fazer o dobro de esgotos com o mesmo empréstimo internacional e gerar milhares de empregos locais, por isso acolheu os meus argumentos e pediu-me provas por escrito. Estou mandando a carta e vou mandar a manilha para o Palácio Iguaçu, aliás, vou levá-la até lá.

Acho que na SANEPAR “as águas vão rolar” e alguém que gosta muito de ir a Santa Catarina ou foi seduzido por argumentos estrangeiros, vai acabar “entrando pelo cano”!

Muito obrigado! Boa-tarde!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso este espaço do Pequeno Expediente para discorrer sobre um assunto que envolve a agricultura, os agricultores e os proprietários de terra do Estado do Paraná e por que não dizer do Brasil.

Em relação a esse problema, no próximo sábado, dia 19, na cidade de Cascavel, estarão reunidos milhares de agricultores, promovido pelos Sindicatos e, também, com a participação da própria FAEP, na questão da reserva legal e das matas ciliares que integram ou que são regulamentadas pelo Código Florestal que já existe em nosso País, Deputado José Maria, desde 1967. Na verdade ele precisa de algumas adaptações, sim. Não podemos penalizar, Deputado Seleme, o setor produtivo, mas temos que respeitar também a questão ambiental. E quando falamos na questão ambiental, vivemos um problema sério na atualidade que é a questão da água. E a questão ambiental envolve exatamente a água. Há os grandes estudiosos que dizem que a maior crise do mundo não será a crise do petróleo, não será a crise financeira, mas será, sim, a crise da água.

Tivemos nos últimos dias a presença de biólogos, de técnicos que falavam sobre o Aquífero Guarani e quis a natureza, que o Paraná, no Oeste e no Noroeste, fosse contemplado e estamos sobre esse lençol de água que é a maior riqueza que hoje podemos ter no planeta. É a água. Mas, não podemos também, por outro lado, prejudicar o setor produtivo, ainda mais os pequenos proprietários. O Código Florestal que temos hoje em nosso País regulamenta a questão ambiental e a reserva legal de norte a sul e de leste a oeste, Deputado Luiz Carlos Martins.

Tivemos que dividir o nosso País por regiões, e não é justo que aqui no Sul sejamos enquadrados da mesma forma como enquadramos o Norte ou o Noroeste! Devemos dividir, sim, aplicar os módulos para as propriedades. Hoje é 20%. E, Deputado Bradock, V. Exa. que conhece o Estado do Paraná nas mais diversas regiões: há pequenas, médias e grandes propriedades. E o Código Florestal é linear para todas as propriedades, não interessa se você tem cem, dez ou cinco alqueires de propriedade. Você tem que deixar 20% da tua propriedade como reserva legal. E aí vem o agravante, Deputado Rafael Greca, que é a mata ciliar. E essa mata ciliar você não pode contar para os 20%. Ela está fora.

Sabemos que, de repente, o Congresso Nacional quando analisou recentemente o Código Florestal, afoito e com afino de querer resolver a questão da agricultura e questão da reserva legal, nós iremos querer avançar mais.

Acho que cada momento tem um passo exato. E o Congresso Nacional, através dos nossos representantes tanto na Câmara Federal como no Senado, devem voltar a essa discussão.

(Passa a usar o Horário do PFL)

E nós precisamos rediscutir essa questão da reserva legal.

Temos na Sessão de hoje, Srs. Deputados, a presença de diversos Parlamentares, Vereadores do interior do Estado do Paraná, porque eles também têm uma questão para ser discutida e para ser resolvida. Entre eles, de Marechal Cândido Rondon, o Presidente da Câmara, Presidente do PFL, Vereadores Nilson Waldir; Vereadores de Medianeira, de Cascavel e de diversas regiões do nosso Estado.

E quando eu disse que Cascavel no próximo sábado será palco de um grande debate envolvendo nossos agricultores, nada melhor que nós hoje aqui na Assembleia Legislativa, levantarmos essa questão também. E na próxima semana voltaremos a esse assunto, porque não entendemos como é que queremos, Sr. Presidente Pedro Ivo, que está presidindo a Sessão de hoje, o senhor que é do Sul do Brasil, o Sudoeste e o Oeste quase na sua maioria das propriedades rurais são formadas por pequenas propriedades. Pequena propriedade é até vinte alqueires, a vinte hectares, até trinta hectares e menos, Deputado Scarpellini.

Conhecemos propriedades que são cortadas por rios ou córregos, como muitos e denominam e essa reserva legal não pode ser computada para os 20%. Ele tem que deixar os 20% como reserva legal e mais a mata ciliar. Se ele tem dez hectares de propriedade - minhas caras senhoras da Liga de Combate ao Câncer aqui do Estado do Paraná, 20% de dez hectares, temos apenas oito hectares! Se essa propriedade é cortada por um rio, a reserva legal come mais um hectare, que pegue 30% da sua propriedade. Têm que ser criados módulos dentro da reserva legal. Para quem tem cem alqueires, que tenha 20% - perde uma boa área. Mas quem tem dez hectares, não é possível que você queira tomar 20% dele e mais a

mata ciliar! tem que ter uma nova doutrina e uma nova regulamentação em relação a essa questão.

Temos no Estado do Paraná, Srs. Deputados, um decreto governamental que regulamenta exatamente o estatuto do Código Florestal, que votamos aqui na Assembleia Legislativa, como temos em nível nacional. Quando o atual Governador assumiu, ele revogou esse decreto e criou um novo. O que o antigo e o novo dizem, Deputado Scarpellini? Que dentro de uma área da mesma bacia, você sendo proprietário de uma área rural, você poderia comprar uma outra área e averbar à sua. Tínhamos no Paraná, pelo decreto antigo do ex-Governador, oito módulos, oito bacias que poderiam ser integradas às propriedades dentro da mesma bacia. Agora, com o novo decreto, aumentou de oito para vinte módulos. Oeste do Paraná, Cascavel, Guaraniaçu, que ficam mais para o centro, pertencem a um agrupamento. Toledo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Missal, Foz do Iguaçu, Guaíra, pertencem para uma outra região - estamos todos no Oeste do Paraná. A propriedade de terra da região de Marechal Cândido Rondon ou de Toledo, não pode averbar uma área de Guaraniaçu, porque o decreto governamental restringiu isso aí! Isso não é correto!

Acho que temos que rediscutir, não nós, mas os Deputados Federais e os Senadores, o Código Florestal Brasileiro e aqui na Assembleia Legislativa, a regulamentação deste uso no Estado do Paraná.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Deputado José Domingos Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Ilustre Deputado, estamos diante de uma situação muito difícil: o senhor tratando do assunto dos pequenos produtores e não são só os pequenos. Tenho acompanhado relativamente isso aqui de perto. Temos, por exemplo, a Usina de Açúcar Bandeirantes ou mais propriamente a Família Meneghel, que teria que averbar em torno de 2500 hectares de área a mais dos que já tem, com relação às matas ciliares. O Sr. Serafim Meneghel está relativamente preocupado, porque a exigência do IAP é que sejam cercadas de imediato as áreas da reserva legal, que somadas, a reserva legal mais as áreas de matas ciliares, em alguns casos chega a mais de 40% das propriedades agrícolas. Se uma usina de açúcar, no setor sucroalcooleiro que deve ter hoje, por exemplo, cinquenta mil hectares produzindo álcool e açúcar no Paraná, para cada usina - umas têm cinquenta, outra tem quarenta, outra tem vinte - teria que ter mais dez mil hectares, ou então já entregar aquelas áreas e diminuir a produção da cana-de-açúcar em aproximadamente 30% para poder atender às exigências do IAP, o que foi feito realmente, não aceitando mais na mesma bacia e na mesma região e alegam alguns técnicos que precisam ter os corredores da biodiversidade, entendemos perfeitamente válido! Mas, o que não pode, é inviabilizar ainda mais a vida dos pequenos produtores e agora, pior do que isso, vem o geo-referenciamento, que é também uma exigência para que os imó-

veis sejam novamente cadastrados. E para se fazer o geo-referenciamento, as empresas estão cobrando um verdadeiro absurdo, porque só o GPS de alta precisão custa mais de 130 mil reais - o aparelho que vai fazer o geo-referenciamento.

Como é que um pequeno produtor lá do interior do Paraná, que está lutando com a vida para ter um porco gordo, para ter lá uma pequena safra de arroz, de milho, de feijão, para poder manter o seu filho na escola - já tem dificuldades para comprar um livro ou material escolar - para pôr gasolina no tanque da sua Kombi ou na sua Brasília velha ou no seu trator o óleo diesel, vai dispensar aí cinco, seis ou dez mil reais para contratar uma empresa para fazer o geo-referenciamento? E, além do que, depois tem ainda que destinar quase 40% da sua área para reserva legal?

Agora, veja bem, esse é um assunto que deve e precisa ser levantado aqui na Assembléia, porque acho que o Código Florestal estabeleceu anteriormente uma lei que não foi cumprida. Não foi cumprida pelo Estado, também não foi cumprida pelos pequenos produtores - o Estado organizado, ao longo desses anos, vem ganhando com arrecadação sobre essas áreas que foram desmatadas. O Estado, então, é conivente também com esta situação, sendo conivente, porque participou do lucro da produção dessas pequenas, médias e grandes propriedades que foram desmatadas, também tem a obrigação de participar para poder novamente se ver a cobertura florestal nesses territórios que estão nus.

Agora, solidariedade do Estado, não existe! O que se vê é o IAP indo lá e fazendo as multas, comunicando a Promotoria e ela processando os pequenos agricultores que agora, além de fazer as averbações e dar uma parte da terra para a reserva legal, ainda têm que contratar advogado para se defender, Deputado!

Parabéns pela posição!

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Agradeço ao Deputado Scarpellini pelo seu aparte e dizer com toda certeza que voltaremos a esta tribuna nos próximos dias para debater essa questão.

Só para concluir, o Estado é conivente, sim! A minha região Oeste do Paraná foi totalmente desmatada e mecanizada e com uma agravante: quem financiou o desmatamento foi o Banco do Brasil, que é Governo. Então, o Governo tem co-responsabilidade, sim, pelo desmatamento desordenado que houve, não só no Oeste do Paraná, mas no Paraná e no Brasil inteiro - isso está acontecendo agora nas outras regiões, novas fronteiras agrícolas que se abrem no Brasil.

Então, deve existir um maior controle, porque o Código Florestal, acabei de dizer no início do meu pronunciamento, é desde 1967.

Precisa ter as suas correções e suas adaptações, sim. E como eu disse, com certeza, Sr. Presidente, nós voltaremos à tona essa questão, mas jamais podemos permitir que o pequeno proprietário tenha a sua economia

inviabilizada por uma lei que se aplica de Norte a Sul e de Leste a Oeste, do tamanho do Brasil, que tem tamanhos continentais.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próxima oradora inscrita é a Deputada Arlete Caramês, que também fará a apresentação da Vice-Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, a Sra. Janice Gastaldon, que utilizará do Grande Expediente, conforme requerimento já aprovado, bem como do Grande Expediente fará parte o Sr. Roberto Aoki, representando a MODEVE.

Deputada Arlete Caramês (PPS)

A SRA. ARLETE CARAMÊS

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia; Sras. e Srs. Deputados; voluntárias da Rede Paranaense de Combate ao Câncer, demais presentes; o pessoal da Polícia Científica: (**Lê**):

“Imbuídas por um elevado espírito de solidariedade e amor ao próximo, e conscientes do papel que, com aquele ato, estariam a exercer em prol da sociedade, em 18 de março de 1954, um grupo de voluntárias fundou a Rede Feminina de Combate ao Câncer, passando desta forma a integrar e complementar os serviços do Hospital Erasto Gaertner.

Em 18 de março a Rede Feminina irá completar seus 51 anos de fundação. Ao longo desses anos, presidida pela Sra. Azurita, e o trabalho realizado por suas voluntárias tornou-se reconhecido e respeitado nacional e internacionalmente, contribuindo sobremaneira para que o Hospital Erasto Gaertner ser tornasse a grande referência que é no tratamento do câncer.

Distribuídas em setores do Hospital Erasto Gaertner de Medicina Interna, Pediatria, Radioterapia, Quimioterapia, Instituto de Reabilitação, Cirurgia Oncológica, UTI, Braquiterapia, Fisioterapia, Psicologia Clínica, Centro Cirúrgico e nas regionais, bem como no interior do Paraná, as voluntárias, atuando nas áreas assistenciais, educacional e social se tornaram indispensáveis no auxílio direto ao paciente internado, em tratamento ambulatorial ou em reabilitação.

Pela relevância e importância do papel social desempenhado pela Rede Feminina de Combate ao Câncer e cada uma de suas voluntárias, a forma solidária e altruísta que doam seu tempo e seus esforços para os que necessitam tratar do câncer, justa se faz esta singela homenagem, como forma de reconhecimento da sociedade paranaense pela comemoração dos 51 anos de fundação da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Gostaria desta forma de chamar a Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Sra. Azurita, em nome de todas as voluntárias da Rede, receber nossos cumprimentos.

(A Sra. Deputada Arlete Caramês procede à entrega de um ramalhete de flores à Sra. Azurita).

(Aplausos)

(O Coral da Liga Paranaense de Combate ao Câncer faz uma apresentação)

(Aplausos)

Sra. Janice Gastaldon (Vice-Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer)

A SRA. JANICE GASTALDON

Sr. Presidente, demais integrantes da Mesa, Sra. Deputada Arlete Caramês, proponente desta homenagem, Sras., Srs. Deputados e convidados, em nome do Superintendente do Hospital Erasto Gaertner, Dr. Luiz Antônio Negrão Dias e das voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer, queremos agradecer, imensamente, esta homenagem, Deputada Arlete, e agradecer também aos Deputados pela sensibilidade que sempre tiveram para ajudar o Hospital Erasto Gaertner. É um hospital filantrópico, é um hospital que no ano de 2004 atendeu 204.000 pacientes: 177.000 por mês; 774 por dia; 88% destes pacientes são atendidos pelo SUS por isso é um hospital filantrópico. Por este motivo no hospital existem trezentas voluntárias, para receber diariamente estes pacientes, para apoiá-los no seu emocional, na sua parte espiritual, dar suporte à família desse paciente.

Às seis horas da manhã quando chegam os primeiros pacientes no ambulatório, lá está a voluntária para recebê-los e acolhê-los. Na radioterapia, na fisioterapia, nas enfermarias, na pediatria e nos diversos setores do hospital sempre há uma voluntária que dedica o seu tempo para acolher esse paciente e ajudá-lo naquilo que for preciso, naquilo que ele necessita.

A pessoa chega no hospital necessitando de tudo, do ponto de vista material e principalmente do ponto de vista emocional! A pessoa fica com seu estado de espírito bem abatido quando recebe o diagnóstico de câncer, a pessoa pobre e com câncer! E é por isso que nós, voluntárias estamos ali, diariamente, para ajudar essas pessoas, animando, ajudando na alimentação, dando o cafezinho da manhã, o chazinho, a bolachinha porque eles chegam em jejum. A família também fica muito dependente quando alguém contrai o câncer. Nosso trabalho é muito

importante na vida dessas pessoas e nós nos sentimos gratificadas em poder prestar esse trabalho.

Agradecemos a todos que colaboram com o Hospital Erasto Gaertner.

Sr. Deputado abra o seu coração, motive a sua sensibilidade e ajude o Hospital Erasto Gaertner! Nós estamos lá para recebê-los para uma visita ao hospital e conferir tudo aqui que ele precisa.

Deputada Arlete, mais uma vez, nosso muito obrigado e que Deus abençoe a todos!

(Aplausos)

(Coral executa mais um número musical)

Deputado José Domingos Scarpellini (PSDB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Não poderia deixar de me pronunciar diante das pessoas mais sensíveis que estão aqui, neste momento representados pelas Senhoras da Liga de Combate ao Câncer. Em 1987 recebemos apoio da liga, juntamente com o Dr. Jaime que nos deu o suporte técnico para que fizéssemos a primeira lei a nível de Brasil de combate ao cigarro, ao tabagismo, que é a lei, aqui no Paraná, 828852, e que depois levamos para os maços de cigarro. Os Ministros Borges da Silveira e Antonio Carlos Magalhães, lutaram para que se pusesse nos maços de cigarro a advertência do combate ao câncer e as doenças que o cigarro ocasiona às pessoas. E estamos aqui hoje recebendo essa visita; é uma homenagem para o Parlamento, uma homenagem para o povo do Paraná tê-las aqui neste momento tão agradável.

Eu não poderia deixar de solicitar ao Sr. Presidente e ao nosso músico que aqui está que mais uma música em homenagem a esta tarde, fosse tocada e cantada.

Muito obrigado.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu, que represento boa parcela do interior do Estado do Paraná, quero deixar aqui o meu agradecimento e o meu reconhecimento. Nós conhecemos milhares de pessoas que já usaram os serviços do hospital Erasto e conhecem o trabalho voluntário das senhoras aqui presentes.

Então, em nome das pessoas que eu represento, em nome dos paranaenses, em nome desta Casa, o nosso reconhecimento. E como disse, aqui, a oradora “que os nossos corações também se abram para esse trabalho que é feito por estas voluntárias”.

Parabéns, muito obrigado em nome dos paranaenses.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, companheiros e companheiras.

Queria agradecer muito à nossa companheira Arlete por essa extraordinária homenagem às nossas queridas amigas, amigas de todas nós, que é a Rede Feminina de Combate ao Câncer. Trabalhei em Londrina, no Hospital do Câncer. A Dona Lucila, uma lutadora também em Londrina, construiu aquele hospital com muito suor e sacrifício. Mas, diria que a mola propulsora daquele hospital, sem dúvida nenhuma é a Rede Feminina, que com seu amor, com sua dedicação, com sua perseverança, e com um espírito extraordinário de justiça e de amor ao próximo nos ensinou muito, não só como funcionária daquele hospital, mas pela proposta que está embutida em cada dia, em cada momento, em cada ação, esse grupo de mulheres valorosas que nós temos no Brasil, que foram essa Rede, que dão de si o melhor e as canções aqui interpretadas mostraram que, sem dúvida nenhuma, é o amor, a dedicação ao próximo.

Então, em nome das demais Deputadas, agradeço muito à Arlete, cumprimento por esta bela homenagem, e muito especialmente, à Rede Feminina, que é um orgulho para todos nós.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está inscrito o Deputado Tadeu Veneri. Em seguida, Deputados Elio Lino e Rafael Greca.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, quero cumprimentar a Deputada Arlete Caramês, que ontem já estava bastante contente aqui pelos resultados obtidos na sua luta em prol das crianças do Paraná. Reconhecemos o trabalho que a Arlete faz aqui e sabemos que virem hoje até esta Assembléia todas as pessoas que vêm aqui para mostrar um trabalho voluntário que é feito, só faz com que nós reconheçamos que é possível fazermos deste mundo, um mundo melhor.

Obrigado a vocês por terem vindo, muito obrigado a Arlete por nos ter proporcionado, e em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, mais uma vez agradecemos a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

De uma forma muito especial, cumprimento as senhoras da Rede Feminina de Combate ao Câncer, que fazem um trabalho voluntário, voltado às pessoas que sofrem deste mal e eu quero, em nome da Bancada do PFL, render a nossa homenagem e o reconhecimento pelo trabalho que as senhoras estão fazendo no Hospital Erasto Gaertner, bem como também na casa de Apoio Lourdes Canet.

Posso falar com muita propriedade, porque o meu gabinete - e eu represento o Oeste do Paraná e a nossa região Oeste infelizmente, tem um índice elevadíssimo de pessoas portadoras do câncer e eu sei que o trabalho que as senhoras fazem, é digno dos mais elevados elogios.

Na verdade não encontro palavras nem expressões sequer, de transmitir aquilo que meu coração gostaria de transmitir neste momento.

Faço com palavras simples, agradecer em nome dos Deputados da nossa Bancada, o PFL, e agradecer especialmente, por todas as pessoas que as senhoras têm atendido, tanto no Hospital como na Casa de Apoio.

Feliz é o Estado, feliz é a comunidade que tem, no seu seio, pessoas que têm um trabalho voluntário em favor das pessoas que necessitam da nossa mão estendida. Nosso reconhecimento e parabéns pelo vosso trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras voluntárias no trabalho de apoio aos doentes de câncer no Hospital Erasto Gaertner, a quem eu saúdo na pessoa do Presidente, Dona Zurita; Sr. Deputada Arlete Caramês que teve a idéia de trazê-las aqui.

A população do Paraná e a população de Curitiba desde os idos de 1950, quando Dona Anita Gaertner, viúva do ex-Prefeito de Curitiba, Erasto Gaertner teve a idéia de fundar e impulsionar este grande hospital, acostumou-se a ver nesse endereço, um endereço de alívio, de compaixão e de solidariedade. Esse hospital é um centro científico, um centro de avanço social e um espaço também, de humanidade, mas, Srs. Deputados, não se faz omelete sem ovos.

Neste Brasil aonde as chances do SUS são cada vez mais restritas, neste Brasil aonde o desastre do Sistema Único de saúde vê um Governo Federal cada vez mais tirando do país para dar aos Bancos internacionais, o Paraná dá e Brasília tira! O Brasil dá; e Brasília tira! E Brasília não tira para dar aos brasileiros; tira para dar aos Bancos estrangeiros. É o tal superávit primário anunciado com orgulho no Jornal Nacional, como se fosse glória da Nação.

Agora, neste Brasil é preciso socorrer os hospitais. É preciso aliviar os doentes ainda antes que morram. Então, eu sugiro de forma prática, que a Assembléia, tão comovida com a homenagem, tão emocionada em ouvir as músicas das voluntárias do combate ao câncer, viabilize isso numa Emenda Coletiva Orçamentária, para dar ao Hospital Erasto Gaertner, no Orçamento do Estado recurso à altura da sua importância de equipamento estadual.

Eu presidi durante anos, por delegação do Arcebispo de Curitiba, o Albergue Casa dos Pobres São João Batista, que era uma casa de pouso do povo do interior, para quem vinha se tratar no Erasto Gaertner. Eu lhes digo em verdade, é gente do interior inteiro, do Sudoeste, do Norte, do Noroeste, do Centro, do coração do Paraná! Esse é um hospital estadual! Mas, não é só estadual, é um hospital do Paraná, é também de Roraima, de Rondônia, e sobretudo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e, também, do interior de São Paulo. Esse é um hospital nacional.

Esse é um hospital que precisa dos Deputados Federais e dos Senadores e, também, desta Assembléia.

Eu sugiro à Comissão de Orçamento. Eu sugiro ao Presidente da Casa e à sua sensibilidade, uma Emenda Coletiva Orçamentária, que não poderá jamais, impensavelmente, ser vetada pelo Poder Executivo, para dar suporte a este hospital como um equipamento estadual.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não havendo mais inscritos, solicitamos se for possível a apresentação, mais uma vez, pelo Coral das Voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

(Apresentação do Coral)

Esta Casa quer agradecer a participação na Sessão do dia de hoje, desta tão conceituada, importante e respeitada entidade, as Senhoras da Liga de Combate ao Câncer. Esta Casa sente-se honrada com a presença de vocês.

Dando continuidade, ainda dentro do Grande Expediente, conforme requerimento, representando o MODEVE, o Sr. Roberto Aoki.

Sr. Roberto Aoki (Representante da MODEVE)

O SR. ROBERTO AOKI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento aqui os Vereadores/Suplentes de vários Municípios do nosso Paraná. A presença deles aqui hoje traz uma discussão sobre a decisão do TSE com relação às últimas eleições. A grande maioria dos Partidos políticos, e políticos de nosso País são favoráveis, em todos os aspectos, a uma ampla discussão e a uma reforma política

necessária neste País. Presenciamos uma mudança da regra, que consideramos inconstitucional, uma vez que os candidatos a Vereador por este País afora estavam preparados para cumprir uma regra pré-estabelecida pelo Código Eleitoral.

A Constituição Federal é muito clara no seu artigo 16 quando fala que nenhuma mudança pode ocorrer a menos de um ano das eleições municipais. O que vimos foi justamente o contrário. Houve uma atitude do TSE desrespeitando o que determina a nossa Constituição. Por esse motivo inúmeros Vereadores tiveram suas candidaturas prejudicadas.

Se o critério anterior fosse mantido, no caso específico de Cascavel, os Vereadores Adelino Ribeiro, Roberto Aoki, Marcos Rios, Osmar Campana, Roberto Magalhães, Juarez Farias e Bulgareli estariam lá hoje. Que culpa têm eles pela mudança feita na última hora? O objetivo maior da mudança seria a redução de custos nas Câmaras Municipais. desafio qualquer pessoas a mostrar, neste Estado ou neste País, uma Câmara que tenha promovido a devolução de recursos para as respectivas Prefeituras. O que vemos é o aumento das despesas, porque existe um percentual pré-determinado de gasto para cada Câmara Municipal de acordo com vários critérios já estabelecidos.

A mudança trouxe uma diminuição, sem nenhum critério, do número de Vereadores de cada cidade. Uma cidade que tem até 47 mil eleitores pode ter nove Vereadores. Então, tanto uma cidade com 3 mil habitantes como uma com 47 mil habitantes podem ter nove Vereadores. A mudança se baseou em critérios indiscriminados, feitos na última hora, que não trouxe nenhum reflexo deste País. Essa reforma abre um precedente. A partir dela, poderá haver uma redução do quadro de Vereadores, de Deputados Estaduais, de Deputados Federais, de Senadores. No ano passado a redução foi de Vereadores. No ano que vem, as vítimas poderão ser os Deputados Estaduais e Federais. Depois de montado o quadro, poderão vir com algum procedimento que mude o jogo depois de iniciado. Se é pelo índice populacional, porque não se determinou também a redução do número de Senadores? Será que é justo o Paraná ter três Senadores, assim como o Acre e outros Estados com menor população e qualificação? Isso vira um verdadeiro cartel no Norte e no Nordeste, porque ali somam-se políticos que trabalham em conjunto, enviando a maioria dos recursos para aquela região.

Tenho em mãos o "Jornal do Brasil" que traz uma reportagem intitulada "Vereadores - Juízes Desafiam Supremo e Devolvem Vagas". Diz aqui que nem a decisão do Supremo Tribunal Federal nem a resolução do Tribunal Superior Eleitoral conseguiram convencer postulantes a Vereador nas eleições do ano passado que não entraram nos quadros da Câmara de Vereadores. Tem aqui uma explicação muito bem fundamentada. Cita inclusive o caso de Recife e de outros Tribunais Eleitorais que deram posse a alguns Vereadores que estavam nessa condição.

Não somos contra a diminuição do número de Vereadores deste Estado e deste País, pelo contrário, somos favoráveis, desde que isso traga a diminuição de custos e seja feito com a transparência necessária dentro de um jogo político em que as regras sejam colocadas como determina a Constituição. Assim, entendo que será uma medida correta e deva prevalecer realmente em uma discussão ampla.

Entretanto, não foram essas as condições expostas. Se prevalecendo a situação anterior, vários Vereadores - hoje ex-Vereadores na condição de candidatos - estariam atuando, e não vejo a economia que tanto se pregou. Falaram de uma economia muito grande para o País, mas não vejo nas Câmaras Municipais sinais que evidenciem uma redução de custo com a diminuição dos Vereadores, que pagaram por isso.

Precisamos levantar essa discussão. O Congresso Nacional precisa acordar para suas prerrogativas, não permitindo que o TSE ou qualquer outro Tribunal crie leis em cima das prerrogativas do Poder Legislativo. O Poder Executivo também tem feito excessivas medidas provisórias e hoje depende muito pouco do Congresso Nacional, como aconteceu agora na discussão da medida Provisória nº 232, quando houve uma movimentação para a sua derrubada.

Vários companheiros Deputados, dispondo de projetos políticos, foram pegos de surpresa por uma imposição do TSE, que extrapolou as suas atividades, pois, na verdade, legislou essa matéria, sendo que essa obrigação seria da Câmara Federal e do Congresso Nacional.

Temos de levantar essa bandeira, indiferentemente de aumentar ou de diminuir o número de Vereadores, pois essa não é a questão principal. Logicamente, desejamos que os Vereadores tenham respaldo, mas também que o TSE cumpra o seu papel, respeitando o Poder Legislativo, que precisa se fazer respeitado.

Na verdade, os Vereadores suplentes vos pedem, Srs. Deputados, que nos ajudem neste movimento, com uma moção de Apoio que dê sustentação à reivindicação, que sabemos ser justa e honesta, como ocorre em outros Estados. Independentemente de se discutir se há muitos Vereadores, o fato é que o número foi baseado na permissão legal através de Lei Estadual e Lei Orgânica do Município. Tenho certeza de que os suplentes conseguirão seus direitos e o resultado será de vitória com a ajuda dos senhores.

Só para ilustrar, um grande colaborador foi o Deputado Federal Ivan Ranzolin, do PP de Santa Catarina, que deu verdadeira aula sobre a questão da redução do número de Vereadores neste País. Reitero que não somos contra a redução do número de Vereadores, como não somos contra a redução do número de Deputados Estaduais e Federais, assim como do de Senadores, mas é preciso haver lógica, para que a aprovação ocorra com responsabilidade, transparência e clareza, com as regras do jogo estabelecidas.

Agradeço a todos os Vereadores presentes, que são hoje os porta-vozes de muitos suplentes de Vereador que perderam a condição de exercer seu papel de vereador legitimamente, como determinava a Constituição nas regras anteriormente estabelecidas, mas que foram mudadas, trazendo prejuízos enormes. V. Exas., com a experiência que têm, não só estariam ocupando, de fato e de direito, a vaga que era dos senhores, mas também colaborando com os municípios e trazendo engrandecimento para o Poder Legislativo.

Se nós do Poder Legislativo não acordarmos para nossa verdadeira função de legislar e fiscalizar, estaremos entregando gradativamente nosso poder ao Executivo e ao Judiciário, que hoje, legisla, edita medidas provisórias, faz projetos, além de nos engessar e não nos oferecer condições de exercer nosso verdadeiro papel.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço-lhe a gentileza de ter aberto esta oportunidade, até para atender aos Vereadores que vieram a esta Casa reivindicar o que é justo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Agradeço a presença do Sr. Roberto Aoki, representante da MODEVE.

Horário das Lideranças

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PPS.

(**Declina**)

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra a Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Liderança do PT: Deputada Luciana Rafagnin

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público aqui presente.

Faço uso da tribuna para dizer que no dia de amanhã teremos aqui no nosso Estado a presença da Ministra da Secretaria Especial de Política para Mulher, a Ministra Nilcéia, que estará palestrando no FIESP e, depois, ao meio-dia, a convite do Conselho Estadual da Mulher e de diversas Deputadas, estará almoçando com o Governador Roberto Requião e discutindo o trabalho do Conselho Estadual das Mulheres do nosso Estado, junto ao Governador.

Quero também dizer que está previsto para amanhã, no final do dia, a vinda do Ministro Miguel Rosseto para acompanhar um pouco o problema da estiagem que atinge o nosso Estado do Paraná. Sabemos que o nosso Estado, de uma maneira especial as regiões Sudoeste e

Oeste, foram e estão sendo bastante atingidas com a seca que está acontecendo.

Temos um problema muito sério com a nossa agricultura e, há duas semanas, estamos nos dedicando a essa causa, até porque representamos a Assembléia Legislativa através da Comissão de Agricultura. Estamos trabalhando tentando ver o que é possível fazer para amenizar o problema dos nossos agricultores.

Esse problema da estiagem atinge o pequeno agricultor e atinge, também, o grande produtor rural, só que não é possível tratar como uma coisa que não tem consequências para a nossa agricultura. Sabemos da grande dificuldade que enfrentam os nossos agricultores e, no dia de ontem, entrando em contato com a Defesa Civil em Brasília, nós tínhamos um resultado que lá não haviam chegado dados do Estado do Paraná, mas entrando em contato com o Governo do Estado, principalmente com a Casa Civil, fomos informados que realmente há um Decreto do Governador Roberto Requião, decretando estado de emergência em 47 municípios do nosso Estado.

É preciso unir forças e fazer com que o nosso Estado, as nossas regiões, de maneira especial o Sudoeste e o Oeste, sejam contempladas no pacote do Governo Federal, nas medidas que o Governo Federal vem tomando para os agricultores que sofreram e que estão sofrendo por essa estiagem.

Temos dados de que em muitos municípios do nosso Estado os agricultores perderam cerca de 70, 80%. Os que tiveram financiamento, que fizeram o PRONAF, vão se enquadrar no PROAGRO MAIS e não vão ter muitos problemas com relação a isso; vão ser contemplados com essa medida.

Os agricultores que plantaram com recurso próprio é que realmente padecem e vão padecer mais. Então, para isso é que está se tomando algumas medidas e é para isso, também, que vem o Ministro Miguel Rosseto conversar com o Governador. O Ministro vem discutir de que forma é possível fazer essa parceria do Governo do Estado e do Governo Federal para contemplar aqueles agricultores, de uma maneira especial os agricultores familiares, os pequenos agricultores, que investiram tudo que tinham na plantação e, agora, infelizmente, por causa da estiagem, estão perdendo tudo.

Então, o dia de amanhã é muito importante para que se avance nas negociações; para que exista essa parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado; para que possamos, realmente, ter medidas que vão contemplar os pequenos agricultores, os agricultores que estão esperando ansiosos por alguma medida do Governo, seja do Governo do Estado ou seja do Governo Federal.

É importante dizer que na semana passada teve uma audiência com o Governador Roberto Requião e ele assumiu o decreto de estado de emergência dos municípios e assumiu também uma ajuda na questão de horas/máquinas para as famílias que estão passando por dificul-

dade, de uma maneira especial dificuldade na questão da água. Mas também é necessário ir um pouco além disso.

Por isso, precisamos sentar com o Governador e é por isso que o Governo Federal também vem ao nosso Estado e por isso que o Ministro vem ao nosso Estado, para que possamos entrar num acerto, de que forma vamos beneficiar aquelas famílias que não estão incluídas no PRONAF e que perderam toda sua safra, todo seu recurso, que também investiram plantando, pensando em poder ter uma boa safra e infelizmente a seca, o sol já colheu pelo agricultor.

É necessário que a nossa Casa se manifeste neste momento, que possamos unir as forças e fazer com que realmente essa parceria aconteça e que tanto o Governo do Estado como o Governo Federal realmente tomem as medidas necessárias para amenizar o problema que está a nossa agricultura ou teremos com certeza, na sequência, grandes problemas. Com certeza vai aumentar o desemprego, porque os agricultores ficam desanimados, acabam saindo da agricultura e mais do que isso, é também a tristeza, a doença que acaba chegando na casa do agricultor. A partir do momento em que ele não vai colher nada, a partir do momento que a safra é frustrada, o agricultor acaba ficando muitas vezes doente.

Então, é necessário neste momento podermos somar forças e fazer com que medidas, tanto do Governo Federal como do Estado realmente cheguem com urgência aos nossos agricultores e de uma maneira especial aos nossos pequenos agricultores.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras, trabalhadores do IML e da Polícia Científica que nos visitam hoje nesta Casa.

Gostaríamos de informar que estivemos agora às 14h30 no Palácio junto com o Sr. Governador, o Ministro Patrus Ananias, do Trabalho, falando em nome do Presidente Lula, o nosso Secretário do Trabalho, Padre Roque Zimmermann, alguns Deputados que estiveram lá para o lançamento do que consideramos de fundamental importância que é a empresa solidária construindo inclusão. Um grande projeto de parceria do Governo do Estado do Paraná e do Governo Federal. Sempre na visão da inclusão como responsabilidade dos Governos constituídos, tanto a nível municipal, federal, como estadual, mas também de toda a sociedade brasileira.

Esse é um projeto importante que vem bem de encontro com a proposta de atenção e de trabalho do

nosso Governador que são ações de políticas públicas e ele tem demonstrado isso através das postas como referência do seu Governo, uma de atendimento preferencialmente aos pobres.

Isso manifesta através de vários projetos de inclusão social como a questão da isenção de ICMS das microempresas, igualmente os projetos “Luz Fraterna”, “Leite das Crianças”, como é também o projeto da tarifa social da água e tantos outros nessa direção.

Então, gostaria de manter consignado na Casa o registro dessa importante parceria, mais uma parceria do Governo Estadual com o Governo Federal.

Gostaria de dizer também que hoje temos na pauta e nos manifestamos ontem a um projeto de maior importância do Executivo, que certamente, tenho certeza absoluta que aqui na Casa será por unanimidade aprovado.

Ontem foram as questões da legalidade e da constitucionalidade, Sr. Presidente. Hoje tenho certeza que o projeto será aprovado por todos e por todas nós, Deputadas, porque é o resgate de um antigo direito dos trabalhadores, dos peritos oficiais, dos quadros próprios dos funcionários lotados do instituto de Criminalística, criado há três anos e do Instituto Médico Legal.

Esse é o resgate de um direito dos trabalhadores, que vem há doze anos, nessa discussão.

Ontem, quando eu colocava aqui doze anos, fui apartada por um companheiro dizendo que começou no nosso Governo, do Roberto Requião, que não atendeu a esta importante categoria. Essa discussão - eu conversava agora com o Dr. Geraldo - iniciou-se no Governo anterior e o Governador Roberto Requião atende o pleito justo dessa categoria, que tantos benefícios têm trazido ao povo do Paraná.

Eu queria fazer esse registro, porque tenho certeza absoluta que aqui na Casa todos os Deputados e Deputadas estão irmanados nessa responsabilidade, de mais essa vez aprovado esse projeto, que beneficia uma categoria tão importante, que tem sofrido tantas dificuldades.

Em Londrina, sou de lá, conheço bem a situação do IML e também da Polícia Criminalística, sempre tive um contato muito estreito com o Dr. Geraldo - agora é o Maninho. Tínhamos diálogos permanentes, sistemáticos, sempre trazendo as demandas e discutindo essa questão, que é muito importante.

Estamos na reta final e é bom para nós. Tenho recebido sempre e acatado com muita alegria os projetos oriundos do Executivo que propõem melhoria nas condições de trabalho e planos de cargos aos trabalhadores das mais diversas categorias. Aprovamos aqui o Plano dos Professores, de outras categorias e, agora, finalmente, chegou a vez dos funcionários do IML e do Instituto de Criminalística. Parabéns pela luta de vocês. Parabéns ao governador, pela sensibilidade.

Nós aqui, vamos referendar sem dúvida nenhuma este pleito, porque ele é justo e aguarda há muito tempo.

Vocês saibam que hoje mais uma etapa foi resolvida, porque a partir daqui teremos outras demandas e lutas, porque nós não paramos aqui. Têm ainda várias questões tanto na criminalística como no IML e precisamos, todos nós, continuarmos discutindo e buscando soluções para os problemas que são cotidianos, que vocês enfrentam com muita responsabilidade, competência e com muito amor ao trabalho que desenvolvem nessas duas entidades.

Um abraço a todos.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição. Liderança do Governo.
(**Declinam**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Emenda Aditiva ao Projeto de Resolução nº 01/2005 de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Archive-se.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 409, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 17 de março (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para rapidamente agradecer e informar a presença do Vereador de Mariluz, Joel Magalhães, que nos visita nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas ao nosso ilustre visitante!

Discussão/Votação:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de “consumação obrigatória” ou “consumação mínima” em bares, boates, danceterias, casas de show e similares no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC e CDC. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 40/2004, que institui o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, composto pelos atuais ocupantes funcionários civis lotados no Instituto de Criminalística e no Instituto Médico Legal, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e CF.

Sobre o referido projeto, foi apresentada uma emenda que deixamos de receber, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por não estar devidamente apoiada pelos Srs. Parlamentares. Arquivar-se a emenda.

Está em Votação o Projeto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente.

Só para deixar claro aqui e pedir a todos os Deputados do PFL, Durval Amaral, Nelson Justus e Elio Rusch, para todos votarmos a favor desse projeto neste momento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela medida respeitando o Regimento Interno e retirando essa emenda do Deputado Artagão, que certamente serviria para obstruir essa votação.

Cumprimento V. Exa. pela atitude e nós, Deputados da Oposição, também votaremos favorável.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Da mesma forma, cumprimento V. Exa. pela atitude tomada, cumprindo o Regimento Interno, rejeitando a emenda, e com isso, possibilita a votação, que o PDT, em nome do Líder, Deputado Barbosa Neto, recomenda que se vote favoravelmente.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Da mesma forma o Partido dos Trabalhadores hoje foi visitado por diversos componentes da Polícia Civil e nós iremos votar também favoravelmente ao projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Só para destacar também que em nome do PTB votaremos a favor desse Projeto em respeito ao grande trabalho que é feito pelo pessoal da polícia, da Criminalística, que terá o nosso apoio.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é com muita satisfação e alegria que o PMDB vota esse projeto em uma contribuição que a Polícia Científica do Paraná trouxe a toda nossa polícia, a todo o povo do Paraná durante todos esses anos.

Meu parabéns à Polícia Científica! Sem ela a Polícia não existe.

Obrigado!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, a Bancada do Partido Socialista Brasileiro também vota a favor do projeto da maneira como ele está, sem emendas, e queremos dizer que com doze anos de atraso, está chegando o dia de se ver aprovada essa pretensão tão válida que vem reconhecer o trabalho profissional desses funcionários públicos que muito engrandecem o povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. CÉSAR SELEME (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Também de igual forma a Bancada do PP, Deputados Duílio, Cida Borghetti e Cesar Seleme apóiam integralmente esse projeto, porque há muito tempo esse projeto deveria ser aprovado e esta Casa vem resgatar um direito desses funcionários tão dedicados, anos e anos, pela medicina do Paraná.

Com apoio de toda a Bancada do PP.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, em nome da Bancada do PMDB queremos agradecer o apoio recebido de toda a Assembléia para aprovação dessa Mensagem do Sr. Governador.

Realmente faz doze anos, mas mostra, sobretudo, a disposição do Governo Requião em fazer o resgate dessa

classe tão importante para o Estado do Paraná. Só aqueles que dependem do atendimento e da atenção sabem o que eles representam e o que eles constituem.

Evidentemente que o Governo tem feito, ao longo desses dois anos e três meses, busca do resgate de parcela considerável do quadro do seu funcionalismo público. Agora chegou a hora dos nossos funcionários do Instituto Médico Legal para que possamos fazer o resgate e haveremos de fazer outros resgates ainda, Deputado Scarpellini, eu tenho certeza que alguns com prazos também longos, mas o importante sobre tudo isso é daqueles que tiveram a oportunidade e o compromisso de fazer e não o fizeram, e hoje estamos fazendo.

Por isso, nós todos estamos aqui congradando junto com o Governo, com a Assembléia Legislativa e com a classe laboriosa que hoje recebe o seu reconhecimento pelo trabalho.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PSL também vota com a Mensagem e parabéns pela retirada da emenda, que não cabia neste instante. E, acima de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os peritos dão uma lição para todos nós, para a sociedade, a lição de perseverança. Eles foram perseverantes e foram, acima de tudo, democráticos, e souberam esperar e lutaram por isso.

Parabéns!

O SR. MAURO MORAES (PL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só queremos também registrar que os votos dos Deputados Chico Noroeste, Mauro Moraes e Edson Praczyk serão favoráveis integralmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o projeto. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

(Aplausos)

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/2005, de autoria da CPI da Reforma Agrária, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária. **PARECER FAVORÁVEL DA CPI. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a ALAP - Academia de Letras e Artes de Pato Branco. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM**

SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2004 de 18.10.2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 370/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declara de Utilidade Pública a Academia de Letras e Artes de Pato Branco.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 370/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Academia de Letras e Artes de Pato Branco - ALAP, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública Associação Esportiva Irmandade os D'Farra, com sede e foro na cidade de Pranchita. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 097/2004 de 08.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 395/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Irmandade Os D'Farra, com sede e foro na Cidade de Pranchita.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 395/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Esportiva Irmandade Os D'Farra, com sede na Cidade de Pranchita e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a CEIA - Centro Espírita Integração do Amor, com sede no Distrito de Socavão e foro no Município de Castro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2004 de 17.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 424/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Integração do Amor, com sede e foro no Município de Castro.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/2004, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Fundação Semmelweis, com sede e foro no Município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/2004 de 06.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 462/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública a Fundação Semmelweis, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a UNIPID - University Pitot Democrata de Direitos Humanos e Meio Ambiente, com sede e foro no Município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2004 de 07.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 475/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a University Pitot Democrata de Direitos Humanos e Meio Ambiente, com sede e foro no Município de Cascavel.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Francisco Bertoncello, com sede e foro no Município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2004 de 07.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 483/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Fundação Francisco Bertoncello, com sede e foro no Município de Colombo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº

8.589/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação Ryuzo-Kan de Karatê, com sede e foro no Município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2004 de 13.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 488/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Waldir Leite, declara de Utilidade Pública a Associação Ryuzo-Kan de Karatê, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Gente Inocente, do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2004 de 14.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 492/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública a Creche Gente Inocente, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública o Instituto Lixo e Cidadania do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2005 de 23.02.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 049/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 49/2005, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que declara de Utilidade Pública o Instituto Lixo e Cidadania do Paraná, com sede e foro nesta Capital, preenche todos os requisitos legais e constitucionais exigidos para declaração de Utilidade Pública, portanto, o parecer é pela aprovação e normal tramitação do mesmo.

Sala das Comissões, em 08.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 004/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que sugere a instalação de um Posto do Corpo de Bombeiros no Município de Bela Vista do Paraíso. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2005 de 14.03.2005).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 406, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 410, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 411, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 412, 417 a 426, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 415, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 416, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 427, de autoria do Deputado Barbosa Neto, com apoio dos Deputados Luiz Accorsi,

Alexandre Curi, Francisco Bühner e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 428 e 429, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 431, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 433, de autoria do Deputado Ademir Bier, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Delegado Bradock, José Domingos Scarpellini e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 435, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 436, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço pela ordem para relembrar aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas do convite que V. Exa. faz, por proposição do Deputado Artagão Júnior, que no momento não pode se fazer presente nesta Sessão, do lançamento do Projeto Escola Para Paz e do livro Educar Filhos Um Ato de Amor, de autoria da Professora Meribel Guedes, que será logo mais às 17h00 no Salão Nobre deste prédio.

Então, aqui fica o convite, em nome do Artagão e de V. Exa., para logo mais às 17h00 participar desse ato cultural que será realizado no recinto desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço para registrar a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Pérola do Oeste, o Sr. Botega.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Nossas boas-vindas ao ilustre Vereador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 169/2003 e 011/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/2003 e dos Projetos de Resolução nºs 002 e 003/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MARCOS ISFER, EM SESSÃO DO DIA 16 DE MARÇO DE 2005.

“Documentos são furtados de jornal em São José dos Pinhais

Da Redação

Curitiba - O proprietário do Jornal da Cidade, em São José dos Pinhais, Cristiano Lourenço de Lima, registrou queixa de roubo qualificado junto à delegacia local, relatando que elementos invadiram a sede do periódico e levaram documentos que haviam sido guardados no local. O crime, ocorrido na madrugada de sábado para domingo, já tem pelo menos um suspeito de ser o mandante. Juntando as evidências iniciais do atentado tudo aponta para ação intencional e sumir com documentos de posse do jornal.

Segundo o jornalista, documentos comprometedores dando conta de um suposto esquema de favorecimento de imobiliárias por membros da Prefeitura local, teria sido o alvo do atentado. Os documentos sumiram, bem como todos os documentos institucionais da empresa, contratos, registros de funcionários, recibos de todos os tipos, cópias de processos judiciais, fotografias, disquetes, CD's e notas fiscais.

Revoltado com a situação, pois o suspeito chegou a contar na cidade que teria incinerado os documentos para se livrar de qualquer acusação, Lima diz que irá às últimas consequências para provar quem é o responsável pelo atentado, muito embora disse ter cópia de boa parte dos documentos, inclusive dos que teriam sido furtados. O empresário disse que marcou uma reunião com o presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Estado do Paraná, Abdo Khudri, para contar da gravidade do ocorrido e pedir o apoio da entidade para as investigações.

Publicações:**Atas de Comissão****Comissão de Finanças**

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Marcos Isfer e Ademar Traiano. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 004/2004, de autoria do Poder Judiciário. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Marcos Isfer, Vanderlei Iensen, Cida Borghetti e Pedro Ivo. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 167/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 206/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 207/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Marcos Isfer. 04) Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Luciano Ducci. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei Complementar nº 081/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2004. Relator: deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 095/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 733/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Relator: Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 115/2004, de autoria do Deputado Jocelito

Canto. Relator: Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Marcos Isfer e Vanderlei Iensen. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 075/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

014ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE MARÇO DE 2005**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Elio Rusch.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Art-

agão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: André Vargas, Hermes Fonseca, Nelson Garcia, Ratinho Júnior e Waldir Leite (05). Achando-se em viagem oficial ao Sr. Deputado Luiz Nishimori (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos..

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 008/2005

Curitiba, 16 de março de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que solicita a autorização para transferência dos recursos provenientes do Superávit Financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2004, para o orçamento próprio do Departamento de Estado de Rodagem - DER, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento que cinquenta milhões de reais), que deverão ser utilizados na maioria do sistema rodoviário, assegurando aos usuários a possibilidade de transitar pelas estradas paranaenses com conforto e segurança.

Pela análise dos relatórios contábeis e financeiros do DETRAN, ficou demonstrado que a transferência ora proposta não causará prejuízo às ações previstas para serem executadas neste exercício na Autarquia de Trânsito, já que o superávit encontrado é superior ao recurso que se pretende transferir, além do que, historicamente o

DETRAN vem arrecadando todas as receitas planejadas e previstas no orçamento, sendo mais do que suficiente para a manutenção da Entidade e dos serviços que presta à população.

Os recursos transferidos serão utilizados nas ações a seguir especificadas, segundo as prioridades estabelecidas pelo Governo Estadual.

I - R\$ 76.506.348,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais), deverão ser utilizados na ampliação dos recursos para construção, restauração e melhorias de obras que já estão contempladas com parte dos recursos no orçamento de 2005;

II - R\$ 19.148.647,00 (dezenove milhões, cento e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e sete reais), para a continuação da rodovia - Cascavel-Toledo, principalmente no lote 3;

III - R\$ 19.803.908,00 (dezenove milhões, oitocentos e três mil novecentos e oito reais), para a continuação da construção do trecho Rio Branco do Sul - Cerro Azul;

IV - R\$ 34.541.097,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e um mil e noventa e sete reais), na conservação rodoviária.

A transferência de recursos do Superávit Financeiro do DETRAN, que basicamente é proveniente do saldo da arrecadação advinda da cobrança dos serviços prestados aos proprietários de veículos, foi a alternativa encontrada para que o Governo do Estado possa atender a uma de suas áreas prioritárias, que é a melhoria das condições de tráfego das rodovias paranaenses, que pelo excesso de vinculação dos recursos do Tesouro do Estado, principalmente em decorrência de legislação federal, não tem permitido alocar recursos suficientes para a manutenção da malha rodoviária existente, bem como, para a duplicação ou melhoria de rodovias que apresentam alto grau de risco de acidentes, além do que, sendo o Estado do Paraná um dos maiores produtores de grãos do país, é altamente necessário que suas estradas estejam sempre em boas condições de tráfego, possibilitando os meios adequados para o escoamento normal da safra.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica autorizada a transferência de recursos provenientes do Superávit Financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2004, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento que cinquenta milhões de reais), para o Orçamento Próprio do Departamento de Estrada de Rodagem - DER.

Art. 2º Em decorrência do contido no artigo 1º, desta lei, os valores do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do DETRAN no exercício de 2004, transferidos para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

Art. 3º Os recursos de que trata o artigo 1º desta lei, deverão ser utilizados na melhoria de rodovias, quer seja na construção, restauração, recuperação ou conservação.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento, bem como alterar o Anexo de Obras, necessários à implementação da presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

OF/CTL/CC nº 036/2005

Curitiba, 16 de março de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa., a fim de comunicar a essa augusta Casa de Leis que afastar-me-ei do País, no período compreendido entre os dias 18 e 30 do corrente mês, com destino à China, onde, com autoridades e setores empresariais locais, serão feitos contatos e tratados assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Só gostaria de justificar a ausência do Deputado André Vargas durante esta semana; ele está acamado; teve problemas de saúde.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 008/2005, subscrita pelo Sr. Governador, constante do expediente, apresentando anteprojeto de lei que solicita a autorização para transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná-DETRAN, apurado no Balanço Patrimonial do exercício 2004, para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem-DER. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 036/2005, subscrito pelo Sr. Governador, constante do expediente, comunicando que se afastará do País, no período compreendido entre os dias 18 e 30 do corrente mês, com destino à China, onde, com autoridades e setores empresariais locais, serão feitos contatos e tratados assuntos de interesse do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 169/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O número máximo de alunos por sala de aula na Rede Pública Estadual de Ensino obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º O limite máximo de alunos por sala de aula nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual de Ensino é de:

I - 1ª série do Ensino Fundamental: até 20 (vinte) alunos;

II - 2ªs a 4ªs séries do Ensino Fundamental: até 25 (vinte e cinco) alunos;

III - 5ªs, 6ªs, 7ªs e 8ªs séries do Ensino Fundamental: até 30 (trinta) alunos;

IV - em todas as séries do Ensino Médio: até 35 alunos.

Art. 3º - O limite mínimo de permanência na escola, por dia, para o pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio, será de 4 (quatro) horas diárias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.03.2005.

(aa) CESAR SELEME

Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 011/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o destino de brinquedos, material escolar ou peças de vestuário infantil apreendidos pela Polícia Civil do Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao patrimônio do Município de Andirá, parte do imóvel objetivo de doação, situado no Jardim Horizonte, naquele Município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2005, de 15/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 105/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do Município de Andirá, da parte do imóvel urbano situado no Jardim Horizonte, no Município de Andirá, doado para a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça, com base no artigo 10 da Constituição Estadual, que disciplina que os imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 105/2005, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de janeiro e fevereiro de 2005. Resolução nº 003/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2005, conforme Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Marcos Isfer, Barbosa Neto, Ângelo Vanhoni,
Ademar Traiano e Antonio Anibelli.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 34/2005

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 34/2005, prestando contas da verba de crédito para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2005, regulamentada pela Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição supracitada, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Pelo acima exposto, este relator delibera pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 15.03.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos dos balanços financeiros, orçamentário e patrimonial da Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Barbosa Neto, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano e Antonio Anibelli.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 23/2005

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a Proposição em epígrafe, dando conhecimento das atividades e controle das receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias deste Poder Legislativo, com apuração dos balancetes mensais e Balanço anual, verificados durante o exercício financeiro de 2004.

Após exame do relatório anual das atividades e Controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e a Extra-Orçamentária desta Casa e demais peças a ela anexadas, verificamos que o todo encontra-se em conformidade com a legislação em vigor, deliberando pela sua aprovação, uma vez que as contas prestadas encontram-se exatas.

Pelo acima exposto, conclui este Relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.03.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

O SR. FRANCISCO BÜHER (PSDB) (**Pela Ordem**)

Só gostaria de registrar a presença do nosso amigo Vereador de São José dos Pinhais, Airton, que está nos visitando aqui neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Registro também a presença do Deputado Tércio Albuquerque e o ex-Secretário da Fazenda do Governo Richa, Erasmo Garanhão. Nossas boas vindas aos nossos amigos.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, foi aprovado na tarde de ontem a convocação do Procurador do Estado do Paraná, Dr. Luiz Henrique Bonaterra para a próxima terça-feira.

Gostaria de confirmar com V. Exa., essa convocação já foi encaminhada ao Procurador?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi encaminhado e o Procurador respondeu que estará aqui na próxima terça-feira, para prestar todos os esclarecimentos aos Srs. Deputados.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

Informo aos Srs. Deputados que marcaremos uma nova Sessão para terça-feira, porque segunda-feira teremos uma Sessão Especial em homenagem ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Severino Cavalcanti, por proposição do Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 370, 395, 424, 462, 475, 483, 488 e 492/2004; 105/2005; e dos Projetos de Resolução nºs 002 e 003/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Comissão de Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, Marcos Isfer, Cida Borghetti e Pedro Ivo Ilkiv. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 254/2004, de autoria do Poder Judiciário. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com emenda em anexo; 02) Projeto de Lei nº 298/2004, de autoria do Tribunal de Contas. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 300/2004, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Dobrandino Gustavo da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Resolução nº 013/2004, de autoria da Comissão Executiva. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Marcos Isfer, Pedro Ivo Ilkiv e Nelson Tureck. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 184/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 325/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 291/2004, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, Marcos Isfer, Cida Borghetti, Pedro Ivo Ilkiv José Maria ferreira e Dobrandino da Silva. A seguir o Sr. Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Sr. Deputado José Maria Ferreira, requer a dispensa da leitura, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo. Relator: Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 133/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - DEFERIDO vistas ao Deputado José Maria Ferreira; 03) Projeto de Lei nº 137/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Relator: Deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 141/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. (Em anexo o Projeto de Lei nº 199/2004); 05) Projeto de Lei nº 192/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 203/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2004. Relator: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com emenda; 07) Projeto de Lei nº 229/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 227/2004, de autoria do Deputado Mário Bradock. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - DEFERIDO vista ao Deputado José Maria Ferreira. A seguir o Sr. Presidente informa aos nobres Pares que a Comissão encontra-se no momento sem matéria. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Marcos Isfer, Cida Borghetti, Pedro Ivo Ilkiv e Dobrandino da Silva. A seguir o Sr. Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Marcos Isfer, requer a dispensa da leitura, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 319/2004, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 382/2004, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com emenda substitutiva. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Relator